



Capitalismo e desigualdade: dialogando com Maria Carmelita Yazbek

Capitalism and inequality: dialonging with Maria Carmelita Yasbek

Jane Cruz PRATES¹

Inicialmente é importante destacar que a Profa. Maria Carmelita Yazbek, autora do artigo que ora me proponho a debater, se configura como um ícone na área do Serviço Social, com vasta contribuição para o debate acerca da desigualdade e da pobreza em particular, a partir de uma análise multidimensional que contempla a totalidade e as contradições inclusivas que conformam esse fenômeno social. Com a mesma densidade se destaca sua produção relativa a estudos e pesquisas sobre a proteção social, em especial, sobre a política de assistência social e processos de transferência de renda e por fim, com a mesma relevância sua contribuição é inquestionável no que concerne ao debate sobre os fundamentos do Serviço Social e a produção de conhecimentos na área.

Portanto, para mim, é antes de tudo uma grande honra poder dialogar com essa autora a quem tanto admiro e por quem nutro especial carinho e reconhecimento, como profissional e como ser humano.

Mesmo nos limites possibilitados por um artigo, sua produção articula desigualdade e pobreza, políticas sociais e profissão buscando aportar reflexões acerca dos imensos desafios que se colocam a nós, profissionais, que damos materialidade ao Serviço Social e atuamos nos mais diversos âmbitos das políticas públicas, diante da crise estrutural do capital e suas repercussões na vida social, trazendo como eixo articulador do debate a disputa de diferentes projetos de sociedade e a luta de classes.

O crescimento do capital portador de juros traz como consequências, por um lado, a ampliação das desigualdades e da pobreza e por outro, a redução de investimentos na proteção social, a ampliação da focalização e de condicionalidades nas políticas públicas, que se distanciam cada vez mais da almejada universalidade e se focalizam nos seguimentos mais pobres. Do mesmo modo, o processo de globalização e a crise econômica internacional tem provocado a precarização do trabalho, das estruturas e dos serviços ofertados à população.

Marx, ao longo de sua obra traz importantes contribuições para desocultar a desigualdade e a pobreza como processos que são intrínsecos ao modo de produção capitalista. Ao tratar da Lei geral de acumulação capitalista destaca que

¹ Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, Brasil). Editora da Revista Textos e Contextos (Porto Alegre). Pesquisadora produtividade do CNPq. Líder do Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas, (GTEMPPP, Brasil). E-mail: <jprates@puers.br>.

O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto, inversamente, a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital. (MARX, 1989, p. 738).

E complementa afirmando que:

A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa de superpopulação consolidada, cuja miséria esta na razão inversa do suplício de seu trabalho e ainda quanto maior essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo. **Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.** (MARX, 1989, p. 747, grifo nosso).

O aumento do desemprego e do trabalho informal acentuam a tendência da lei geral da acumulação capitalista, porque pressupõem um excedente de força de trabalho, em razão da elevação da produtividade, via mais valia absoluta e relativa e via ampliação da composição orgânica do capital, especialmente pela introdução de novas tecnologias, alterando assim, a magnitude do valor.

Apesar de aportar dados e explicitar a condição de desigualdade vivenciada pela classe trabalhadora na ordem do capital, desde o trabalho infantil até a morte da mulher operária por excesso de trabalho, abordar as necessidades humanas, restritas nesse modo de produção a mera manutenção da vida do trabalhador, como mais uma mercadoria que precisa estar à disposição do capital e ainda de ressaltar que o modo de produção capitalista cria necessidades fetichizadas para atender aos interesses de acumulação do capital, entende que a verdadeira pobreza é o homem desumanizado, é o homem mercadoria, engendrado pelo modo de produção capitalista, com potencialidades limitadas, econômico na cultura, no lazer, no tempo dedicado às relações, à reflexão, à fruição, ao amor (MARX, 1993a).

Yazbek argumenta nesse artigo, dialogando com Lavinias (2014), que a estratégia de utilizar um “pisso de sobrevivência” reconhecido como necessário, mesmo pelo pensamento conservador, faz com que os sistemas universais de proteção, no tempo presente, regridam ao “Estado cuidador dos pobres”, tratando unicamente da gestão do risco e direcionando-se unicamente aqueles “[...] incapazes de viver do seu trabalho porque a precarização do emprego e das condições de trabalho lhe roubaram esse direito” (LAVINAS, 2014, *apud* YASBEK, 2016, p. 7).

Ressalta também a influência determinante dos organismos multilaterais, como Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial que, ao deslocarem o debate acerca da pobreza das condições que a originam, ou seja fora da contradição capital e trabalho, despolitizam essa relação, responsabilizando os próprios pobres por sua condição e por realizar o seu enfrentamento.

No artigo *Glosas críticas marginais Marx* (2010) faz menção a esse processo ao ressaltar,

Como se vê, a Inglaterra tentou acabar com o pauperismo primeiramente através da assistência e das medidas administrativas. Em seguida, ela descobriu, no progressivo

aumento do pauperismo, não a necessária conseqüência da indústria moderna, mas antes o resultado do imposto inglês para os pobres. Ela entendeu a miséria universal unicamente como uma particularidade da legislação inglesa. Aquilo que, no começo, fazia-se derivar de uma falta de assistência, agora se faz derivar de um excesso de assistência. Finalmente, a miséria é considerada como culpa dos pobres e, logo, os pobres devem ser punidos "disciplinados". (MARX, 2010, p. 53-54).

Nessa mesma direção, estudo realizado por Carraro (2016) mostra que as categorias ideológicas matricialidade sociofamiliar, capital social, vulnerabilidade e risco são incorporadas à proteção socioassistencial, em diversos países latino americanos, entre os quais o Brasil, nos discursos para a superação da pobreza, sob a orientação de organismos multilaterais como BID, BIRD, FMI.

O impacto dessa orientação em países de capitalismo periférico enfatizando os "ativos dos pobres", sem que as condições estruturais fossem consideradas e nem as particularidades regionais, despolizando esse processo, conforme Yazbek adverte em seu artigo, leva Carraro (2016) a concluir que,

[...] alheias a complexidade da realidade e da história dos povos latino americanos construíram um denso campo que colaborou para enfraquecer as possibilidades de tensionamento no campo da disputa política e do protagonismo dessas massas em seus processos de conquista por melhores condições de vida e pela transformação da sociedade. (CARRARO, p. 2016, p. 5).

Esse contexto é agravado pela deterioração das ofertas de trabalho e das condições de trabalho, precárias, flexíveis, marcadas pelo sobretrabalho e pela ameaça do desemprego, empregos temporários, pressões de toda a ordem e tendência a redução de trabalhos complexos a mera execução de procedimentalismos, especialmente no âmbito das políticas sociais, roubando-lhes substância política.

Esta é uma conseqüência das crises rasteiras do capital e da contrarreforma do estado, mas gera por outro lado as condições para o agravamento dos processos de alienação que auxiliam a perpetuar a despolitização e a reprodução do já produzido. Alves (2011) destaca a captura da subjetividade do trabalhador, favorecida por condições dessa natureza. Na fábrica toyotista não há tempo para pensar e sem reflexão não há crítica, a vida *just in time* absorve todas as energias da classe trabalhadora contribuindo sobremaneira para sua despolitização e cooptação.

No III Manuscrito de Paris Marx (1993a) ressalta:

A economia política, a ciência da riqueza, revela-se assim ao mesmo tempo a ciência da renúncia, da privação, da poupança, que consegue realmente poupar ao homem a necessidade de ar puro ou de atividade física. [...] Quanto menos cada um beber, comer, comprar livros, for ao teatro, ao baile, ao bar, quanto menos cada um pensar, amar, teorizar, cantar, pintar, poetar, etc. mais poupará. (MARX, 1993a, p. 2010).

Destaca ainda Yazbek em suas reflexões, que a realidade presente exige a ampliação de políticas para o atendimento de novas e importantes demandas sociais tais como a ampliação da longevidade, de modo a garantir um envelhecimento com qualidade de vida, assim como os

processos migratórios de grandes contingentes populacionais, mas o que se verifica é uma “reversão política conservadora”, nas palavras da autora, com posições “[...] racistas, homofóbicas e contrárias aos migrantes [...] movimentos antiislâmicos, antisemitas e outros[...]” (YASBEK, 2016, p. 8), na contramão do necessário para o avanço da sociabilidade.

Marques (2015) adverte que, no tempo presente, o desenvolvimento do capital portador de juros, em especial do capital fictício é resultado do fato de não existir nada que impeça a sua expansão. A desregulamentação na busca pelo “lucro fácil” tende a imperar cada vez mais e nesse sentido não há lugar para as políticas sociais na agenda desse tipo de capital, elas são vistas como “[...] um obstáculo ao pleno desenvolvimento de sua vocação: fazer dinheiro sem se dar ao trabalho de organizar a produção” (MARQUES, 2015, p. 18). O único interesse que esse tipo de capital tem em relação às políticas sociais é na sua privatização como mais uma alternativa para angariar recursos para suas atividades especulativas.

Destaca ainda a autora que, apesar das crises, esse capital, caracterizado por reproduzir-se sem passar pela produção, tem sido exitoso.

Esse êxito fortalece a ideia de que é possível fazer dinheiro (lucro) sem o concurso da ação criadora do trabalho vivo. Daí decorre seu descaso ou desprezo com relação ao nível dos salários dos trabalhadores, a sua condição de trabalho e vida e às políticas sociais. Ao mesmo tempo, o capital produtivo e comercial (hoje totalmente imbricado ao outro), tem movido uma luta sem quartel contra os trabalhadores na tentativa de recuperar taxas de lucro satisfatórias. E nessa luta, não só os salários são comprimidos como são reduzidas o campo da ação e o valor dos benefícios das políticas sociais. (MARQUES, 2015, p. 19).

Yazbek também ressalta o espraiamento da cultura capitalista nas mais diversas dimensões da vida social, homogeneizando comportamentos, hábitos de consumo e valores, com impactos importantes na comunicação e na sociabilidade.

No caso brasileiro isso se evidenciou recentemente nos movimentos massivos pró-impeachment da presidente Dilma, eleita democraticamente pelo voto direto da população, nas últimas eleições. Essas manifestações negam a participação organizada de movimentos sociais, organizações de trabalhadores e partidos políticos e são marcadas por expressões de discriminação à pobreza e intolerância às diversas formas de expressão da diversidade, são atravessadas por manifestações de ódio e violência simbólica, mascaradas por discursos que se intitulam “apolíticos”. Esse tipo de discurso, afirma o fim das classes sociais e da luta de classes, e, como destaca Paula (1998), a partir de uma perspectiva pós-moderna, nega

[...] a legitimidade de sujeitos clássicos da estrutura social, como os partidos políticos, sindicatos e o próprio Estado, que dariam lugar a pretensos “novos sujeitos” caracterizados pela “amorfia, a fluidez, ‘desideologia’, a ausência de identidade coletiva, que defenderiam interesses locais, parciais e imediatos. (PAULA, 1998, p. 140).

Esses comportamentos são instigados por uma mídia burguesa que utiliza informações seletivas no intuito de formar opinião de acordo com seus interesses e espetaculariza ações policiais autoritárias e opressivas, agudizando a crise política e agravando, de modo irresponsável, a crise econômica.

Marx também destaca o papel da mídia burguesa, quando trata da Comuna de Paris, na obra *A guerra civil na França*. Após a derrocada da Comuna de Paris, depois de brava luta de homens e mulheres trabalhadores e trabalhadoras para instaurar a cooperativa de trabalhadores associados, relata Marx (2002, p. 93) que a imprensa burguesa internacional referiu-se aos combatentes de Paris, como “um punhado de criminosos” lamentou a perda de prédios ao invés das vidas, como na música de Chico Buarque de Holanda que fala do operário que cai da construção atrapalhando o tráfego, os rotulou de incendiários porque para defender-se contra metralhadoras protegiam-se desesperadamente usando o fogo. Não incendiavam por vandalismo, mas assim eram apresentados à opinião pública europeia da época, de modo a instigar a sua rejeição. A mesma imprensa silenciou diante da perseguição dos líderes do movimento, das torturas, dos fuzilamentos de reféns, das matanças em massa, relata Marx (2002, p. 106) e conclui “[...] A burguesia do mundo inteiro assiste com complacência a essa matança em massa depois da luta, treme de horror ante a profanação do ladrilho e do tijolo” (PRATES, 2015).

Mas, como afirma Mézaros (2006, p. 242) “[...] certos fenômenos sócio-históricos específicos do capitalismo moderno são inflados até as proporções cósmicas de uma ontologia irracional, atemporal e metafísica.”

Vivemos, portanto, tempos difíceis, onde a “encarniçada luta de classes”, para usar uma expressão de Lenin, se acentua, em que pese a sua negação pela classe burguesa e isto tem consequências diretas no trabalho e na vida dos trabalhadores, entre os quais os assistentes sociais.

Yazbek dedica a última parte do artigo a estabelecer mediações das reflexões anteriormente realizadas com o Serviço Social e com o trabalho do assistente social.

Dialogando com Pereira (2012), Yazbek destaca que os assistentes sociais se deparam com o desafio de operacionalizar políticas sociais que focalizam, reeditam a meritocracia ameaçando a universalidade e a cidadania, “[...] numa clara tendência a direita” (YAZBEK, 2016, p. 10). O grande risco, destaca a autora, referindo-se ao trabalho do assistente social é que, diante dessas condições, a intervenção seja limitada, restrita a melhorias imediatas das condições de vida dos pobres, servindo apenas para manter e controlar a pobreza e ampliando a legitimidade do Estado.

Não há dúvidas que incidir sobre as condições materiais de existência da classe trabalhadora, em especial a mais pobre, é de fundamental importância, mesmo porque, como bem destaca Marx (1993b) para que se altere a consciência é importante alterar antes as condições de vida. Contudo, melhorias pouco significativas que não se associam ao trabalho social viabilizador de processos sociais emancipatórios, que instigam reflexão, crítica, mobilização, alteração de consciência, apropriação de informações qualificadas que subsidiem processos de participação mais efetivos, pouco contribuirão para processos transformadores.

Yazbek nessa direção nos chama a responsabilidade de politizar o debate, articulando as expressões de desigualdade a seus determinantes estruturais, de dar visibilidade às lutas e aos interesses da classe trabalhadora e destaca “[...] Esse processo requer a continua reinvenção da classe e de seu protagonismo político” (YAZBEK, 2016, p. 10).

Ressalta a autora que podemos nos limitar a sermos bons gestores despolitizados e eu acrescentaria ou bons técnicos procedimentalistas. E complementa Yazbek esclarecendo que trata-se da disputa de projetos que direcionam o modo de materializar as políticas públicas. Trata-se, segundo a autora, da construção de hegemonia para modificar lugares de poder demarcados tradicionalmente e da construção de novos espaços.

A profissão é, portanto, convocada a construir mediações entre a sua inserção nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais e o conjunto de determinantes e contradições que conformam o tempo presente, desnaturalizando os limites impostos pelas políticas focalizadas, pelas condicionalidades crescentes e por processos descontextualizados. É preciso, afirma Yazbek, que a profissão construa mediações políticas e ideológicas de resistência e estabeleça alianças estratégicas por dentro das instituições, com os usuários e no movimento social.

E vale-se de Gramsci afirmando que a superação da condição de subalternidade exige novos modos de pensar, uma concepção crítica de mundo, que suplante o senso comum e permita que as classes subalternas produzam uma contra-hegemonia. E essa luta, destaca a autora, não se trava somente nas esferas econômica e política, mas também no âmbito da cultura.

Novamente me reporto a Marx que, na mesma direção afirma - “[...] uma nação que procura desenvolver-se espiritualmente com maior liberdade não pode continuar vítima das suas necessidades materiais, escrava do seu corpo. Acima de tudo, precisa de tempo livre para criar e fruir da cultura [...]” (MARX, 1993b, p. 112) porque o homem preso a grosseira necessidade, diz Marx, nos Manuscritos de Paris (1993a), terá sempre seus sentidos limitados, e é através dos sentidos que capturamos o mundo para transformá-lo e nos transformarmos nesse intercâmbio (PRATES, 2015).

Por fim, Yazbek ressalta, com pertinência, que nossas mediações são técnico-políticas e por essa razão precisam ser processualmente redefinidas a partir da realidade concreta e orientadas “[...] uma direção social apoiada na força de um projeto profissional ético, político, teórico, metodológico e técnico-operativo” (YASBEK, 2016, p.12). Este último iluminado pelos fundamentos aportados pelos primeiros.

Referências

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**. São Paulo: Boitempo, 2011.

CARRARO, Dilceane. **As categorias da política de assistência social América Latina: concepções ideo-teóricas e proteção social**. 2016. Tese (Doutorado em Serviços Social)- Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

LAVINAS, Lena. **Na contramão dos Direitos Universais**. Notas para reflexão. Plataforma Social. **Cadernos Temáticos 1**. Política Social e Desenvolvimento: o Brasil entre dois projetos. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 18 maio 2014. Disponível em: <<http://plataformapoliticasocial.com.br/na-contramao-dos-direitos-universais-notas-para-reflexao/>>.

MARQUES, Rosa Maria. O lugar das políticas sociais no capitalismo contemporâneo. *Argumentum*, Vitória, v. 7, n. 2, jul./dez. 2015.

MARX, K. **O Capital**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MARX, K. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social de um prussiano**. São Paulo: Edição Popular, 2010.

MARX, K. **A guerra civil na França**. 2002. Disponível em: <www.jahr.org>.

MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993a.

MARX, K. **A ideologia alemã**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993b.

MARX, K; ENGELS, F. **O Capital**. 13. ed. Livro I Vol. I. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

MÉSZÁROS, Istvan. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PAULA, João Antonio de *et al.* A atualidade do programa do Manifesto. In: MARX, K; ENGELS, F. **O manifesto do Partido Comunista: 150 anos depois**. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

PEREIRA, Potyara A. Utopias desenvolvimentistas e Política Social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, out./dez. 2012.

PRATES, Jane Cruz. A grande fábrica produtora dos “caras de vinagre”. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. O desafio da defesa das Políticas Públicas para o Serviço Social. *Argumentum*, Vitória, v. 8, n. 1, p. 6-13, jan./abr. 2016.